

Objetiva Press



Cerca de cinco mil profissionais de saúde de todo o país reuniram-se em Brasília, de 9 a 14 de agosto, para discutir os rumos do setor, durante a IX Conferência Nacional de Saúde. O clima político tomou conta do evento, que serviu de eco para mais uma manifestação contra a atual crise política, ética e social. Abolindo, por alguns dias, o branco que caracteriza a profissão, os médicos aderiram ao luto e invadiram o auditório Petrónio Portella, no Congresso Nacional, pedindo o impeachment do Presidente Collor. Faixas e cartazes espalhados pelo auditório da AABB e também na Universidade de Brasília expressaram a revolta nacional, que atinge profundamente a saúde no Brasil. Políticos, sindicalistas e representantes de entidades da sociedade civil, unidos à classe médica, elogiaram o clima de entendimento da IX CNS, que dependeu do esforço da classe para acontecer.

A ÉTICA NA SOCIEDADE

Em setembro um Seminário no Rio reúne especialistas para a discussão do tema

A crise no Hospital Universitário Antônio Pedro chegou ao seu limite. Mais uma vez, a situação é a mesma de todos os outros hospitais do Estado, com falta de medicamentos, de leitos, de manutenção de equipamentos e inúmeros - e já conhecidos - problemas que afligem a população. Os moradores de Niterói não ficaram impassíveis ao estado grave da unidade e se manifestaram contra o eminente fechamento do HUAP - o que ocasionaria uma crise ainda maior não só dentro do município como em cidades próximas de Niterói -, assim como se posicionaram contra a privatização do hospital. Em visita ao hospital, o Ministro da Saúde, Adib Jatene, sugeriu a criação de uma fundação de apoio, que seria formada por funcionários do HUAP, gerando recursos que uma instituição pública é impedida de cobrar pelos seus serviços.



Alberto Jacob

Fraude no HGNI	9
Mais um caso de abandono	10
Médicos de luto	11
Salles Neto é reaberto	12

EDITORIAL

A revolta da Ética

Nos Sonhos Tropicais, uma ficção sob a forma de relato, criada pelo médico e romancista Moacyr Scliar, retrata, de uma maneira agradável e instigante, a biografia do médico Oswaldo Gonçalves Cruz num dos momentos mais tensos da vida daquele extraordinário médico sanitário, que investido da autoridade científica e moral de erradicar a febre amarela "acabou provocando a Revolta da Vacina, um memorável acontecimento no início do século, demarcado por uma resistência à ciência e ao avanço da modernidade mais feroz que os mosquitos da febre amarela".

Distantes daqueles dias, já ao final deste século, continuamos a conviver com os mais diversos mosquitos transmissores de inúmeras e graves doenças e a enfrentar novos vírus inteligentes, capazes de decodificar as mensagens do ADN-ARN, impedindo-nos de uma doença monstruosa que é um grande flagelo da humanidade, a AIDS. No entanto, estes mosquitos e os vírus têm um forte e invisível aliado que, nos últimos anos, traduziu-se na incompetência, na corrupção, na vulgaridade, na prepotência e numa ação ao estímulo à cultura pura e simples da sobrevivência, ressaltando a individualidade, debilitando a vida cotidiana e mascarando a ciência e cultura nas virtudes da modernidade.

A analogia com os Sonhos Tropicais pode parecer distante, mas traz de volta uma complexa e "oceânica" impressão, que temos de utilizar um novo patamar, cujas normas estão encarnadas na ética, e cuja função é reprimir a agressividade que ameaça destruir a vida social.

Assim, no início do atual governo toda uma diabólica engenharia da mídia, da imagem, foi

montada para sufocar e submeter a todos os brasileiros, tanto nas suas organizações ou individualmente, uma argamassa acrílica da reencarnação de um líder em que renunciava à história e propalava a esperança e a ilusão tentando reacender todos os desejos tão esperados do povo, num pretenso e novo Estado.

De fato nada disso aconteceu.

Uma ilusão sem futuro, repetiríamos as palavras de Renato Mezan em Freud, Pensador da Cultura.

Esta ilusão do salvador narciso despencou num lodaçal deprimente jamais visto na História brasileira. Os rótulos "modernidade" ou "pós-alguma coisa" que fornecem perfeita caracterização da época, pateticamente incapaz de se pensar como alguma coisa positiva, ou tão só e simplesmente como alguma coisa; numa auto-glorificação por afirmações extravagantes de que seu sentido é o sem sentido e seu estilo, a falta de estilo.

Neste cortejo feroz, a política neoliberal despótica do atual governo, conservador na sua essência, contrariou os direitos sociais e civis, agudizando "a sociedade sem cidadania, onde as relações sociais são marcadas com o selo da hierarquia entre superiores e inferiores, onde prevalecem relações de favor e de clientela, num demarcado encolhimento do espaço e alargamento do espaço privado", de Marilena Chaui, no curso sobre ética.

Na Saúde, no então Ministério da época, já havíamos identificado a grande farsa que se montava com uma política que trouxe o sofrimento e a desesperança, que passaram a ser o sentimento de todos os que trabalham no setor. "A violência

sem voz", indomável, golpeando após longos meses de difamação pública que em seu Diário Oficial, numa longa lista de profissionais colocava-os em disponibilidade, declarando-os desnecessários e perversamente condenando os mais idosos a um retiro forçado.

Embalados na crença do novo gerente e na sabedoria do mercado, o homem passou a ser sinônimo de AIH. Acreditaram, e muitos ainda acreditam, que este mercado consiga solucionar os desequilíbrios e as iniquidades sociais e regionais, construídos ao longo das últimas décadas.

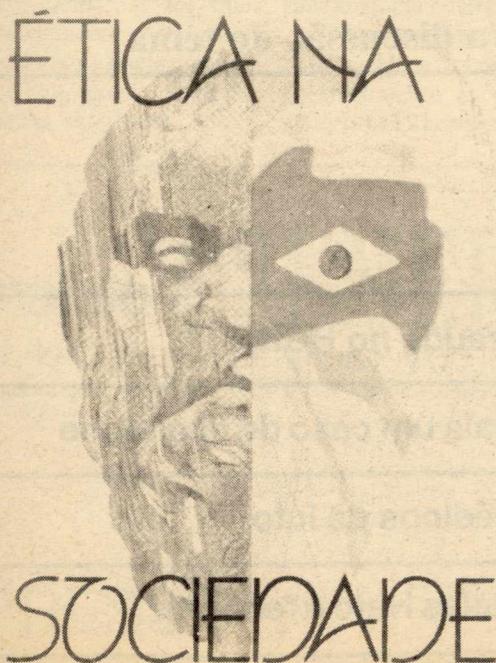
Surpreendentemente, no trabalho que o CREMERJ tem desenvolvido, numa tentativa de "arqueologicamente" demonstrar o inconsciente da rede de saúde, assistimos a uma tragédia de dimensões gigantescas e de difícil recuperação física e emocional.

Nada, absolutamente nada restou desta triste época.

No entanto, acreditamos que não existem derrotados nesta epopéia fragmentada, mas sim o recrudescimento das instituições que se mobilizam ativamente, sem as ambigüidades remanescentes de um período de simbolismos estóicos, buscando uma nova identidade autônoma e democrática.

A Nação Brasileira, na espera de salvadores de última hora, prontos para arquitetar uma nova ilusão, não acredita nos rompantes ideológicos e, na sua Revolta da Ética, incrementa a luta da ética na política em todos os espaços existentes, mas certamente aguardando impacientemente que o **impeachment** seja aprovado pela Câmara.

Fora Collor, para a justiça social e a saúde do Brasil.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA: Presidente - Laerte Andrade Vaz de Melo. Vice-Presidente - Maria Thereza Guimarães Palacios. Primeiro Secretário - Franklin Rubinstein. Segundo Secretário - José Eberienos Assad. Tesoureiro - Jorge Farha.

CONSELHEIROS: Acrycio Peixoto de Souza Filho, Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso, Aloisio Tibiriçá Miranda, Amâncio Paulino de Carvalho, Ana Maria Cantalice Lipke, Antônio Mendes Biasoli, Antônio de Oliveira Albuquerque, Carlos Henrique Pereira Lima, Crescêncio Antunes da Silveira Neto, Delta Werneck Ribeiro, Eduardo Augusto Bordallo, Elias Feld, Eraldo Bulhões Martins, Ezil Batista de Andrade Reis, Franklin Rubinstein, Gerson Rodrigues do Lago, Gilson Maurity Santos, Humberto José Coelho Martins, Jorge Farha, Jorge Josias Guimarães, Jorge Luiz do Amaral, José Carlos Diniz Gonçalves, José Eberienos Assad, Laerte Andrade Vaz de Melo, Marcelo Barbosa Gonzaga, Marcia Caetano Jandre de Assis Tavares, Márcio Leal de Meirelles, Marcos Fernando de Oliveira Moraes, Maria Alice

Gosende Werneck Genofre, Maria da Conceição Pires Barbosa, Maria Filomena Xavier Mendes, Maria Thereza Guimarães Palacios, Mauro Brandão Carneiro, Paulo Walker Duarê, Regina Helena Lamin Dias, Ricardo Lacerda Baptista, Roberto Domingos Gabriel Chabo, Sérgio Lúcio de Miranda, Sonia Maria Pinheiro de Almeida, Walber Vieira, Walter de Almeida Barbosa.

Delegacia da Região dos Lagos - Pres. José Antônio da Silva. Av. Júlia Kubitschek, 35/114, 28900, Cabo Frio, RJ, Tel: (0246) 43-3594. **Delegacia do Centro-Norte Fluminense** - Pres. Júlio César Gomes de Andrade. Pça. Pres. Getúlio Vargas, 176/603, 28610, Nova Friburgo, RJ, Tel: (0245) 22-1778. **Delegacia do Sul Fluminense** - Pres. Cláudio Martinho Guimarães Borges. Av. Getúlio Vargas, 767/306, 27253, Volta Redonda, RJ, Tel: (0243) 42-0577. **Delegacia do Norte Fluminense** - Pres. Ligia Maria Menezes Muylaert. Pça. São Salvador, 41/1.405, 28010, Campos, RJ, Tel: (0247) 22-8184. **Delegacia Regional de Niterói** - Pres. Aloisio da Siva Brazil. Rua Cel. Gomes Machado, 136/1.201-1.202,

24020, Niterói, RJ, Tel: 722-5892. **Delegacia da Região Serrana - Petrópolis** - Pres. Sonia Maria Pinheiro de Almeida. Rua Alencar Lima, 35/1.208-1.210, 25620, Petrópolis, RJ, Tel: (0242) 43-4373. **Delegacia da Baixada Fluminense** - Pres. Elias Feld. Rua Moacir Marques Morada, 125/501, 26225, Nova Iguaçu, Centro, RJ, Tel.: 768-1908.

Conselho Editorial: a Diretoria e a Conselheira Maria Alice Genofre. Editado pela **SR Idéias Imprensa e Comunicação** - Av. Beira Mar, 406, sala 1001. Tel: 240-5666. **Editor Responsável:** Sidney Rezende. **Chefe de Reportagem:** Érica Ribeiro. **Redação:** Adriana Rezende, Ney Flávio Meyrelles, Marília Ferreira, Valéria Pereira. **Revisão:** Edna da Silva Cavalcanti. **Projeto gráfico:** Jane Peters. **Diagramação:** Rogério De Capitani. **Arte final:** Fractal Editora. **Impressão:** Monitor Mercantil. **Tiragem:** 50 mil exemplares. **Periodicidade:** Mensal.

* Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, não representando, necessariamente, a opinião do CREMERJ.

ÉTICA

Temas polêmicos no debate Ética na Sociedade

O encontro **Ética na Sociedade**, que acontecerá entre os dias 24 e 26 deste mês, no Centro de Convenções do Hotel Glória, terá a presença de representantes de diversos segmentos da sociedade. Médicos, pesquisadores, jornalistas e filósofos abordarão temas polêmicos e de interesse geral. Por isto, o evento é aberto a toda a população. Veja abaixo o que alguns dos palestrantes irão apresentar:

ÊNIO CANDOTTI

(Presidente da SBPC)

Assunto: Ciência, ética e política

“As fronteiras da ciência moderna abalam princípios éticos fundamentais. É possível modificar o código genético de um ser vivo. Troca-se o coração como se substitui um elétron em um átomo. Quais são os limites da intervenção do homem na natureza? Os resultados das pesquisas científicas de fronteira encontram aplicação quase imediata na fabricação de produtos de mercado.

Os investimentos em pesquisa são justificados por interesses econômicos associados aos seus resultados potenciais. O segredo do laboratório industrial substitui a livre circulação das idéias e das descobertas. Divulgar, ensinar e duvidar deixam de ser os princípios fundamentais que regem o sistema científico. Como evitar que nossos inventos se tornem gritos de horror?”

GERD BORNHEIN

(Professor do Departamento de Filosofia da UERJ)

Assunto: A invenção do novo

“Falarei sobre a transformação do conceito do homem

através da revolução burguesa. O homem anterior era essencialmente repetitivo e, aos poucos, nos tempos modernos, ele passa a ser compreendido como essencialmente criativo. O que está em causa é o espírito novo dos tempos modernos, que começam com as grandes navegações.

O autor que eu escolhi para fazer esta análise foi Marx, ou melhor, a presença de uma simples palavra na obra de Marx: o **novo**. Procurando saber qual é o sentido e a repercussão que o adjetivo **novo** tem na obra de Marx. Quero examinar o modo como essa questão repercute no pensamento e no comportamento do homem do século XX.

A realização de um evento deste tipo é fundamental hoje, quando há uma forte tendência ao desenvolvimento do espírito crítico. É importante saber qual é o contexto geral disto numa sociedade em profunda transformação. Isto é especialmente válido para o caso brasileiro.”

PEDRO SAMPAIO

Assunto: Eutanásia, morte cerebral, perspectivas sobre transplantes de órgãos e morte

“Começarei falando sobre os cinco princípios fundamentais da filosofia moral, que são: não matar, não maltratar, não causar qualquer tipo de invalidez, não tirar a liberdade e não tirar o prazer. A filosofia moral diz que só podemos contrariar estes princípios quando eles trazem um bem maior, como, por exemplo, quando privamos o diabético do açúcar para lhe proporcionar o bem-estar físico. Este é o fundamento da ótica Kantiana, que prevê que só podemos aplicar a um indivíduo princípios aplicáveis à coletividade nas mesmas circunstâncias.

Outro assunto importante a ser destacado é a avaliação das pessoas competentes ou incompetentes psicologicamente, as questões éticas que implicam nesta avaliação. O caráter irreversível da morte cerebral para o transplante de órgãos também será abordado. Não só isto, mas também os aspectos éticos e técnicos, que vêm mudando ao longo do tempo. Por exemplo, há dez anos atrás, no Colégio Brasileiro de Cirurgias era consenso que eram necessários exames complementares para se precisar a morte cerebral. Hoje sabe-se que apenas os exames clínicos já são suficientes neste caso.

A realização de um evento como este é muito importante na medida em que muitas questões ainda não resolvidas serão discutidas, e que várias tendências poderão ser ouvidas.”

JUAN CLINTON LLERENA JÚNIOR

Assunto: O trabalho do Instituto Fernandes Figueira, as perspectivas da pesquisa genética e a ética

“O tema básico de minha participação será o aconselhamento genético no planejamento familiar. Existe um avanço científico muito grande hoje no que se refere aos procedimentos para aconselhar casais sobre os riscos durante a gestação. Porém, apesar de todo este avanço na prática médica, a decisão dos casais continua esbarrando na Constituição Federal e no Código de Procedimentos Éticos, que não permitem aos casais de risco: 1º: obter laqueadura tubárea, 2º: interromper a gestação em casos de fetos mal-formados, 3º: discutir os procedimentos de monitoramento para detecção de má-

formação congênita em população de baixa renda. Ou seja, os casais de alta e de baixa renda, embora correndo os mesmos riscos durante a gestação, têm condições diferenciadas de interferência.

Toda a minha palestra será apoiada por informações no dia-a-dia, na nossa experiência no Instituto Fernandes Figueira, onde temos lutado pelo uso de métodos alternativos na busca de uma abrangência maior do monitoramento. Esta luta visa eliminar o caráter elitista do acompanhamento existente hoje. Quer dizer, falaremos especificamente da experiência do Fernandes Figueira em casos de idade materna avançada, casais inférteis, casais consanguíneos e casos de má-formação congênita conseqüentes destas uniões e doenças ambientais.

A realização do evento é extremamente importante porque, em primeiro lugar, mostra que o CREMERJ está preocupado com os avanços científicos e os benefícios decorrentes destes avanços e também porque estabelece critérios éticos para a aplicação destes avanços, discutindo temas polêmicos; como, por exemplo, a interrupção da gestação (aborto).”

ANTÔNIO HENRIQUE PEDROSA NETO

(Diretor do Conselho Federal de Medicina)

Assunto: Movimentos sociais e greves na área de saúde

“Falarei de uma questão polêmica dentro da área de saúde, que é a reivindicação do médico enquanto elemento da sociedade que vende seu trabalho a alguém e que tem o direito de lutar por melhores salários e condições de trabalho até a sua mais radical conseqüência, a greve. O problema na reivindicação salarial da classe médica reside no fato de que o médico lida com uma coisa essencial, a vida. E há um componente ético nisso. Por este mesmo motivo, acredito que nós deveríamos ter um fórum privilegiado de negociação.

Como médico, posso dizer que é um consenso dentro da classe que um médico não deveria fazer greve na emergência. Porém, enquanto o setor público continuar a se omitir e a cobrar dos médicos uma resposta quanto à vida da população, a classe continuará a tomar o caminho do desespero, ou seja, fazer greves no setor de

emergência - um ato que agride a ética médica -, e abandonar o emprego, por demissão coletiva. As duas opções são situações dramáticas, extremas, que visam fazer com que o Poder Público reveja sua responsabilidade quanto à saúde da população.

Acredito que a grande importância do evento **Ética na Sociedade** está em buscar caminhos alternativos para a reavaliação de uma categoria e resgatar a importância do serviço médico para a sociedade.”

ALICE REIS ROSA

Assunto: Ensino da Ética Médica

“Tradicionalmente, o ensino da ética médica associou-se à Medicina Legal, limitando-se às normas que devem reger o comportamento profissional, definidas no Código de Ética Médica e nas legislações penal e civil. Informação e técnica não bastam à prática competente da Medicina, que exige, também, virtudes morais como bondade, honestidade, respeito pelo outro.

O ensino da Ética Médica nas escolas brasileiras é assunto muito mais complexo do que pode parecer ao primeiro exame e deixa à mostra o descompasso entre a prática e o ensino da profissão. O crescimento dos problemas de natureza ética no exercício profissional não se acompanhou de medidas destinadas a melhorar a formação dos futuros médicos, de maneira a evitar sofrimento adicional para os docentes e seus familiares.”

CLEMENTINO FRAGA FILHO

Assunto: Segredo Médico

“O segredo é o mais antigo e universal princípio da profissão médica. Através dos tempos, é a base da relação de confiança entre médico e paciente. Subordina-se a regras morais do exercício profissional e só não prevalece nas circunstâncias apontadas por leis gerais e códigos de ética.

As extraordinárias conquistas da ciência médica abriram novas perspectivas à ética e, por conseqüência, ao sigilo. Surgiu uma nova disciplina - a biotécnica - que procura conciliar a ciência e a moral. Duas outras ordens de fatores concorrem para as inovações na ética médica: a eclosão da “Síndrome de Imuno-Deficiência Adquirida” e os progressos da informática.”

CASO ÉTICO

Atestados de óbito ilegais

No período de 1985 a 1986, a proprietária de um "consultório", fixado em sua residência, emitiu uma série de atestados de óbito, cujas mortes se deram tanto em hospitais públicos quanto privados, sem que a responsável tivesse algum vínculo de trabalho com estas unidades de saúde.

No relatório do CREMERJ, baseado em levantamentos das fichas dos pacientes, ficou verificado o grande número de óbitos, sem o acompanhamento da acusada que, no entanto, assegura que todos os casos - contabilizados

por ela em 6.000 - estão catalogados em sua clínica.

O relatório preliminar apurou, através do Código de Ética Médica, as infrações da acusada, a partir dos artigos 9º - a Medicina não pode ser exercida como comércio - e 4º - atestar óbito quando não o tenha verificado pessoalmente -, entre outros.

A acusada foi processada, julgada e condenada pelo CREMERJ por atestar óbitos que não verificou, a uma pena de 30 dias de suspensão do exercício da profissão. No entanto, em primeira instância, foi absolvida pelo CFM por

insuficiência de provas. O advogado de defesa da acusada apresentou extenso relatório, tentando justificar o ato de sua cliente. A própria acusada fez um longo depoimento, contestando o relatório da Diretoria de Fiscalização do Exercício Profissional da SES, que julgou ser "excepcional" o fato de uma clínica ter um atendimento tão grande, não sendo destinada a serviços de medicina social. A acusada insistiu em dizer que, ao longo de 22 anos de existência da clínica, ela passou a ter um fichário com seis mil pacientes.

Ao ser dado o pedido de recurso do processo da acusada, esta não foi tomada como reincidente, mesmo sendo seu julgamento anterior verificado em um menor número de atestados assinados sem conhecimento de causa. O voto final do relator do processo ético-profissional decidiu pela condenação por infringência aos artigos 110 e 114 com a letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 - "CENSURA CONFIDENCIAL", por assinar atestados sem ter praticado atos que os justifiquem, ou seja, um sumário exame junto a informações confiáveis sobre o falecido e preenchimento de todos os dados do formulário, de próprio punho".

Nova Friburgo debate a questão ética

O Hospital São Lucas, em Friburgo, recebeu mais de 30 médicos para uma mesa-redonda sobre "Os aspectos éticos e legais do exercício da Medicina", em 29 de setembro. Os expositores abordaram diferentes temas ligados à questão ética, em um debate onde a participação da platéia foi total.

O primeiro conselheiro a falar foi o Dr. Jorge Farha, que abordou a importância de um correto preenchimento dos atestados de óbito, atestados médicos e de prontuários. "Qualquer um desses procedimentos é tipicamente um ato médico e, como tal, deve ser elaborado com rigor técnico", frisou.

O Dr. José Augusto D. Filho, médico perito de Friburgo, lamentou a falta do Serviço de Verificação de Óbito (SVO), que, se reativado, evitaria a utilização do termo "causa indeterminada" em exagero. O médico também comentou o campo de atuação do perito e suas relações com os diversos poderes do Estado.

As responsabilidades profissionais e da Instituição foram abordadas pelo Conselheiro Carlos Henrique Pereira Lima,

que citou os casos de fuga de pacientes durante o atendimento da Emergência ou internados, transfusão de sangue em testemunhas de Jeová e ainda diversos tópicos do Código de Ética Médica.

Finalizando, a Dra. Elizabeth Carneiro de Lima, promotora de Justiça titular da Vara Criminal de Nova Friburgo, abordou as implicações de má conduta profissional com o Código Penal e o Código Civil. Ela ainda opinou sobre temas levantados pelos expositores e pelos participantes, como a alta a pedido, o termo de responsabilidade por ocasião da internação e a obrigatoriedade do médico em atender às solicitações de um Juiz ou de um Promotor de Justiça.

Os participantes do evento solicitaram ainda o comentário de alguns temas, como por exemplo Comissão de Óbito, Comissão de Prontuário Médico e as responsabilidades do Diretor Técnico no relacionamento com os médicos que não pertencem ao Corpo Clínico. O CREMERJ apresentou um vídeo sobre a organização e finalidades da entidade.

CANETAS CARIMBO GOLDRING

CANETA ESFEROGRÁFICA DE FABRICAÇÃO ALEMÃ COM CARIMBO EMBUTIDO EM BORRACHA ESPECIAL COM ESPAÇO PARA TRÊS LINHAS. MODELO ÚNICO COM 18 CORES, CARGA NAS CORES AZUL E PRETA, 2 ANOS DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA PERMANENTE.

Ligue para o nosso plantão telefônico no horário comercial e faça sua encomenda. entregamos à domicílio ou pelo serviço de SEDEX dos correios para todo o Brasil.

Karintec Rio Comercio e Representação Ltda.
Rua Visconde de Inhaúma, 134 salas 1803 e 1804 - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP 20091

(021) 233 7058
(021) 233 9028



Aluga-se ou divide-se consultório médico no Lg. Machado e Ipanema
Tels.: 265-7236 / 511-2696
D.ª Rachel ou D.ª Marli

APÓLICE COLETIVA DE AUTO PROFISSIONAL DE SAÚDE

VANTAGENS:

- DESCONTO DE 20% + 10% DE FROTA RCFV
- Bônus em caso de renovação
- Dispositivo anti-furto
- Assistência 24 hs em todo o Brasil



Tels.: (021) 276-8279
280-4759

Alugo horário consultório médico Gardênia Azul, Jacarepaguá (ponto final ônibus: 636, 732, 733/intinerário ônibus 268, 600, 729, 730, 738). Av. das Lagoas, 1.999 slj. Tratar Dr. Roosevelt
Tels.: 205-3513 / 325-4889

Aluga-se horários em consultório bem instalado na Av. N. S. Copacabana. Preferência para clínicos gerais e/ou especialistas em doenças de adultos ou idosos. Tratar c/D. Diva
Tel.: 511-1827 de 2.ª a 5.ª

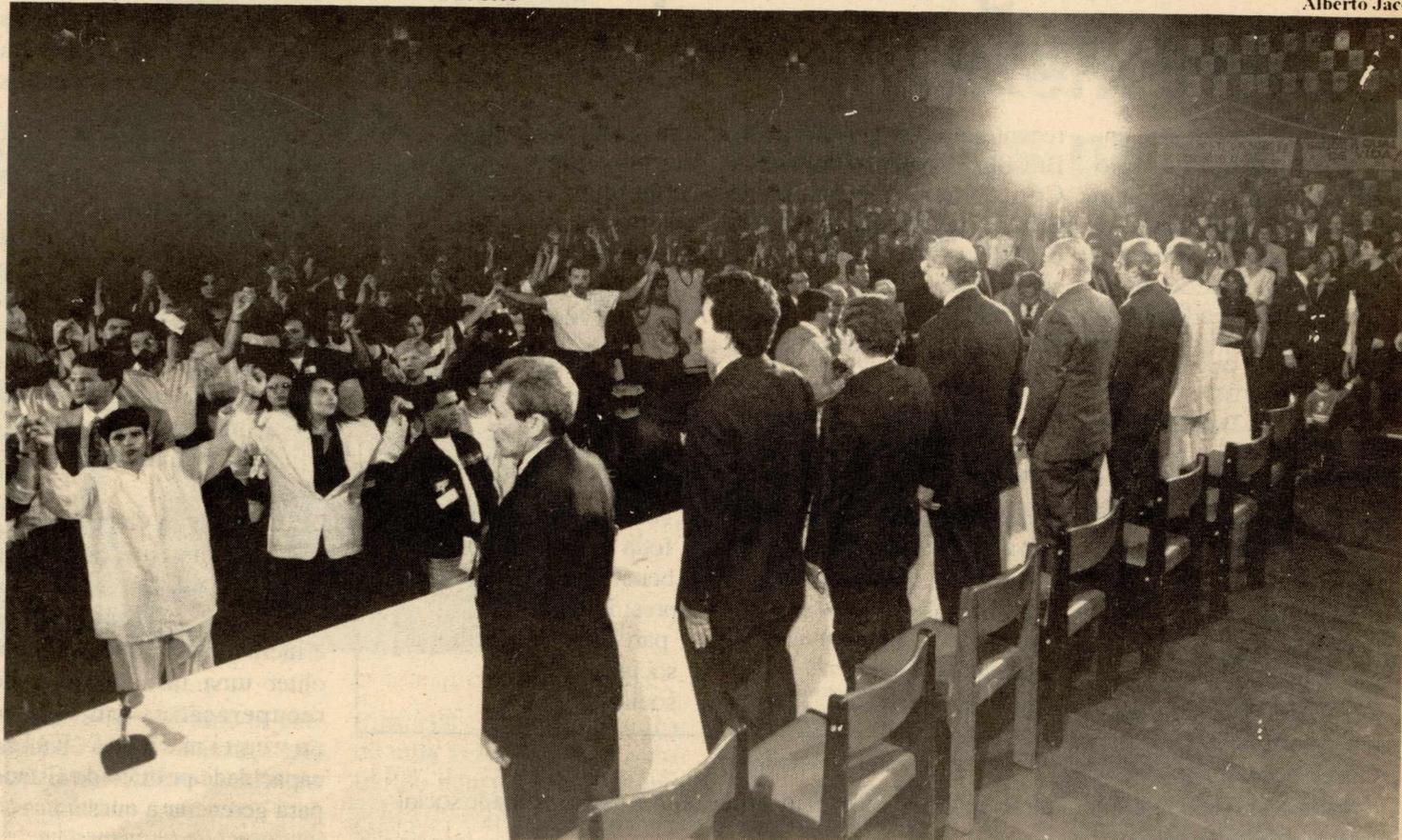
IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Adib Jatene presidiu a cerimônia de abertura da IX CNS

Alberto Jacob

O clima político foi a tônica da IX Conferência Nacional de Saúde, realizada de 9 a 14 de agosto, em Brasília. Mais que um encontro de profissionais de saúde, discutindo os problemas do setor, o evento foi uma forma de manifestar a insatisfação de uma classe, que se une a tantos outros segmentos da sociedade, em busca da ética na política e na sociedade.

Os quase cinco mil participantes da IX Conferência expressaram, através de faixas, cartazes e palavras de ordem, a necessidade de lutar por novos horizontes, não apenas na área médica, como também na situação política atual, quando aos gritos de "Fora Collor!", que ecoaram pelos auditórios da AABB e da Universidade de Brasília, todos se transformaram apenas em cidadãos.



Carta da IX Conferência Nacional de Saúde à Sociedade Brasileira

Em defesa da vida e da ética. FORA COLLOR!

O governo Collor levou o Brasil a uma tragédia sanitária jamais assistida. A nova Constituição Brasileira assegura o direito à saúde e prevê a criação de um sistema democrático comprometido com as necessidades do povo. Apesar disso, esse governo violentou todos esses princípios e intensificou um período de desrespeito à ÉTICA, à moral e ao interesse público sem precedentes. Esse quadro dramático se agrava com os efeitos de uma política econômica recessiva e privatizante que concentra

renda, marginaliza e exclui milhões de pessoas, características de um modelo neoliberal.

A cada dia reinventam-se propostas que mascaram problemas e necessidades reais: a recente proposta de reforma fiscal do Governo é, na verdade, revisão constitucional, uma agressão aos direitos constitucionais já assegurados. Os impostos devem recair sobre quem tem mais, a sonegação deve ser combatida em todos os níveis e os recursos hoje arrecadados podem ser mais bem aplicados.

A brutal queda de investimento na área social e o roubo do dinheiro público estão levando à morte milhares de seres humanos. O anunciado acordo com os credores internacionais, que deverá manter a sangria com o pagamento da dívida externa, agravará ainda mais esta situação.

O povo brasileiro vive mal e vive pouco. Por isso a luta pela Seguridade Social e pelo Sistema Único de Saúde é um ato em legítima defesa daqueles que nada têm, mas que representam a dignidade de quem exige

democracia e justiça. Não suportamos mais a miséria. Não queremos essa sociedade violenta, queremos ter direito à vida.

Idosos, os índios, as mulheres, os homens, os negros, os doentes, os portadores de deficiências, as crianças, os desempregados precisam ser ouvidos. A consolidação da democracia e a instauração da justiça social exigem que cada brasileiro se una ao sentimento nacional de dar um basta à impunidade, à corrupção, à miséria.

Conclamamos todas as

forças democráticas do País a se mobilizarem pelo fim do Governo Collor. O trabalho da CPI conta com nosso apoio e o Congresso Nacional precisa estar à altura de suas responsabilidades e aprovar o impeachment.

A imprensa deve continuar seu trabalho independente na divulgação dos fatos. O Brasil precisa de nós. Que o movimento social redobre o trabalho que já vem fazendo, contra a corrupção e contra a política econômica, e exija nas ruas o

FORA COLLOR JÁ!

Rodriguez diz que cada país deve ter seu sistema

Cada país tem que encontrar seu próprio caminho na questão da Seguridade Social. Com esta evasiva o professor Rodolfo Rodriguez isentou-se de opinar diretamente sobre a questão brasileira, durante palestra

recente na Universidade de Brasília. Discursando na IX Conferência Nacional de Saúde, o professor afirmou que o ideal para os benefícios da seguridade social seriam a restituição da Caixa Única Nacional e a descentralização

territorial. "Este sistema é o melhor para a proteção econômica e social", diz, definindo o sistema de Seguridade Social através de tópicos, como mostra o esquema abaixo:

1) Aspectos Doutrinários

Princípios

solidariedade
universalidade
igualdade
integralidade
equidade
contrato
capitalização

Seguro

contrib.seg.risco
só contribuinte
benef.seg.quitação
prest.parciais
não tem
individual
privada grupal

Seguridade Social

contrib.seg.capacidade
toda a população alvo
benef.iguais para todos
prest.integrais
parcial; pode melhorar
social
social

Observações:

equidade - alguns indivíduos da sociedade precisam mais que outros. Na seguridade social este aspecto não é total.

seguro - o " dono" da empresa faz com o capital o que quiser.

seguridade - capitalização social. Há críticas sobre o uso do capital social em setores que não lhe são competentes.

Falta sangue no Brasil

Dados da Organização Mundial de Saúde mostram que deveria ser coletado, no Brasil, o sangue de pelo menos três milhões de brasileiros por ano, ou seja, 1% da população adulta. A realidade, no entanto, é que este número não chega a 500 mil, sendo apenas 20% do total classificado como doação voluntária.

A qualidade do material coletado ainda não é pesquisada em todo o País. A rede oficial testa e controla o sangue sobre as doenças de Chagas, Hepatite A e B, Sífilis, Malaria e AIDS. O número de unidades hemoterápicas no Brasil quintuplicou em quatro anos, mas apenas 40% da demanda de sangue fica sob responsabilidade da rede pública.

O perfil dos doadores de sangue no Brasil é de indi-

víduos subnutridos, mal alimentados e carentes, com baixa condição sócio-econômica. O quadro fica ainda mais grave quando é constatado que, nos quase três mil bancos de sangue privados do País, não existe controle efetivo da fiscalização sanitária, pondo em risco a qualidade do material coletado.

O País gasta, anualmente, pelo menos 48 milhões de dólares para suprir a necessidade de hemoderivados de menos de 10 mil pessoas, e os oito mil hemofílicos existentes no Brasil correm sério risco de vida. Um exemplo, a contaminação pela AIDS, no Rio de Janeiro, de 80% dos portadores de hemofilia.

No Painel "Sangue e Hemoderivados", apresentado na IX Conferência Nacional de

Saúde, em Brasília, os palestrantes, entre eles o vice-presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Crescêncio Antunes da Silveira, defenderam a rápida aprovação do Projeto de Lei do deputado Célio de Castro (PSB-MG), criando o Sistema Nacional do Sangue, Componentes e Derivados. A medida implicaria na proibição da comercialização de sangue, atuando juntamente com o SUS. Toda a coleta, estocagem, distribuição, processamento e também as transfusões de sangue e derivados seriam controladas por organismos operacionais.

O projeto de lei vai assegurar a implementação, em até cinco anos, dos Serviços Públicos de Hemoterapia e Laboratórios de Referência Nacional ou Municipais.

INEQUIDADE

Quem paga - pelo modo de financiamento (aportes do Estado por impostos indiretos) os pobres acabam por financiar os mais ricos.

Quem recebe os benefícios - os pobres rurais recebem menos que os modernos trabalhadores urbanos.

Quem necessita - os pobres, os deficientes, os doentes crônicos, crianças, idosos, recebem menos do que precisam porque os serviços são retirados pela Terceira Idade da classe média, os aposentados prematuros e pelos adultos sadios que compõem a força de trabalho predominantemente urbana.

2) Ineficiência Gerencial

As instituições que administram os fundos da seguridade social são custosas e ineficientes e fracassam em obter uma taxa razoável de recuperação em seus investimentos. Falta capacidade política do Estado para gerenciar a questão.

3) Falência "actuarial" e as macrodistorções econômicas

As mudanças demográ-

ficas, o aumento da expectativa de vida, a transformação do modelo produtivo e o esgotamento das reservas financeiras colocaram o sistema em risco de colapso. O problema, segundo Rodolfo Rodriguez, não é técnico nem econômico. É, basicamente, político. A sociedade define qual o modelo que melhor lhe convier, num estado demográfico.

4) Microdistorções Econômicas

a) O " imposto sobre o salário" estimula a substituição da mão-de-obra por tecnologia e favorece a informatização da economia;

b) O modo de calcular os benefícios econômicos da seguridade social, o fato das pessoas se aposentarem em idades ainda produtivas e a distribuição inequitativa dos serviços favorecem a geração de " necessidades fraudulentas";

c) A seguridade social, ao salientar a poupança social, limita a capacidade de criação de um mercado privado de capitais que dinamize a economia.

Futuro sombrio

A discussão do futuro do País - cada dia mais sombrio - mobilizou todo o debate em torno do tema "Controle Social na seguridade e na saúde", o último painel geral da IX Conferência. O representante da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Francisco Canindé Pegado, acredita que este futuro pode ser modificado, se houver um ajuste fiscal sério.

A crise política foi outro ponto em destaque neste painel, como sendo uma das maiores causas do descompasso social. Osvaldo Mello, presidente da União dos Vereadores do Brasil,

condenou o procedimento ético, "que leva a população a querer deixar de votar, quando é preciso mais do que nunca eleger governantes honestos", citou.

Já Dom Francisco de Mesquita, representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), defendeu a proposta da CUT à IX CNS, de controle dos Conselhos de Saúde e Seguridade Social pelos trabalhadores. Mesquita alertou ainda que deve haver vigilância sobre as representações da comunidade, na atuação dos Conselhos Municipais de Saúde e Seguridade Social.

IX CNS

Foto: Objetiva Press



ESPECIAL

Ministro Adib Jatene reconhece a difícil situação da Saúde

Adib Jatene pede recursos maiores para a Saúde

O ex-deputado federal Raimundo Bezerra chama de "inconstitucional" a medida do Ministério da Economia. Ele considera a extinção do Finsocial "um retrocesso na ordem social, já que o Finsocial representa o direito da cidadania". Bezerra ilustrou seu pensamento comparando um mendigo, que compra uma caixa de fósforos, a um bem-sucedido empresário, que compra um carro de luxo. "Toda a população brasileira contribui com 2% para o Orçamento da Seguridade Social".

Aprovada a substituição do Finsocial pelo Imposto Sobre Transações Financeiras, Raimundo Bezerra adianta que apenas uma parcela da população será responsável

por assegurar a seguridade, o que contraria a Constituição Federal, que no item Seguridade Social determina o financiamento desta por toda a sociedade.

Para garantir a cobertura das despesas com a Saúde, o Congresso liberou a autorização de empréstimo do montante de Cr\$ 5 trilhões do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT) para o Ministério da Saúde. Fica faltando agora a aprovação, pelo Senado Federal, do repasse desta verba. "A área de saúde no Brasil não conseguiu escapar da crise ética e moral do País", sofrendo da falta de recursos, impedida de prestar atenção devida aos cidadãos. Alguma coisa urgente tem de ser feita para reverter esta situação insustentável", apelou o Ministro da Saúde, Adib Jatene.

A falta de recursos paralisou a política de saúde no País. A questão do não pagamento do Finsocial, levando as empresas devedoras a contestarem o recolhimento deste imposto, agravou ainda mais este quadro. O Ministro da Saúde, Adib Jatene, acredita no ganho

de causa do Governo, já que, segundo ele, "a justiça não pode inviabilizar todo o sistema de saúde".

A alternativa encontrada foi o uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para suprir a falta de recolhimento do Finsocial. Adib Jatene acha que o

Finsocial não deveria acabar de uma vez e, sim, ser substituído num prazo de dois anos pelo Tributo Sobre Transações Financeiras. O Ministro afirmou ter recebido a garantia da área econômica de que o orçamento do Ministério da Saúde não será reduzido em hipótese alguma.

Situação do país impede a implantação do SUS

Uma ponta de esperança surgiu na IX Conferência Nacional de Saúde, quando foram discutidos os problemas que dificultam a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). O Secretário Nacional de Assistência à Saúde, José da Silva Guedes, acenou com a disposição do Ministério da Saúde em descentralizar a

Fundação Nacional de Saúde para estados e municípios. O fim do Inamps também foi cogitado - resguardadas a administração do pessoal e o patrimônio do órgão, além do repasse direto e automático dos recursos para estados e municípios.

Mas para que o SUS seja implantado com eficiência em todo o Brasil, Guedes afirmou

que a unificação tem de ocorrer dentro do próprio Ministério. A crise no Governo Federal também preocupa. Existe, dentro deste clima de empolgação, a expectativa do impeachment do Presidente Collor e, assim, a necessidade de garantir prioridades para a saúde, neste ou em outro governo que venha a assumir.

A proposta de Jatene para

implementar a municipalização da saúde, através do sistema de consórcios, foi criticada pelos secretários de saúde e participantes da IX Conferência, que não acreditam no sucesso deste modelo, devido a diferenças regionais. O argumento do ministro, de que esta seria a forma economicamente viável para garantir o andamento de uma rede de saúde em cidades pequenas, não recebeu o apoio do presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, José Eri Medeiros, que defende a idéia de que cada município precisa escolher a melhor forma de implantação do SUS.

Um dos maiores obstáculos para a implantação do SUS em todo o país é "a falta de um sistema de informação

sobre dados importantes em cada município (índice de mortalidade, número de internações, tipos de patologia, etc.), além de uma melhor forma de gerenciamento dos recursos", continuou José da Silva Guedes. A atuação fiscalizadora dos Conselhos Municipais de Saúde - que ainda não são uma realidade em todos os municípios - também foi aceita pela plenária. Dados do IBGE sobre a municipalização apontam, num total de 4.491 municípios, 187 com mais de 100 mil habitantes e o restante divididos em: 80% - menos de 30 mil habitantes; 40% - menos de 10 mil habitantes. Estes índices, apresentados por José da Silva Guedes, reforçaram a não aceitação do sistema de consórcios, apresentado pelo Ministro Adib Jatene.

Os principais pontos do Relatório final da IX CNS

No relatório final da IX Conferência Nacional de Saúde, que custou um dia inteiro de discussões entre representantes de todo o Brasil, a busca de um texto conciso, de entendimento pleno, sem ambigüidades de interpretação, foi uma das maiores preocupações dos relatores e também da plenária, que participou ativamente. Veja, abaixo, alguns dos principais itens do texto final:

Sociedade, Governo e Saúde

A IX CNS entende que o quadro de saúde vivenciado pela população brasileira caracteriza-se, particularmente, por: ressurgimento de "velhas doenças", tidas como controladas - cólera, dengue, febre amarela; surgimento da AIDS, como um flagelo, ainda sem controle e em plena ascensão; insuficiente cobertura assistencial, especialmente nas regiões e áreas mais carentes; extrema dependência do setor hospitalar privado contratado (75% dos leitos), acostumado a práticas predatórias e fraudulentas e descomprometido com as necessidades e interesses públicos; ausência de uma política nacional de produção e distribuição de medicamentos, com extrema

dependência das multinacionais, levando ao encarecimento e ao crescente peso dos medicamentos no orçamento familiar.

Seguridade Social

A Constituição brasileira fixa como objetivo da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que tem como um dos seus alicerces uma seguridade social gerida democraticamente e fundamentada nos princípios de universalidade dos serviços, uniformidade dos benefícios, distributividade na sua prestação e equidade no custeio.

Em desrespeito a estes princípios, o ideário neoliberal vem instrumentalizando uma política social discriminatória e regressiva que tem acentuado a degradação das condições de vida do povo brasileiro. Os defensores dessa doutrina, através da proposta de reforma constitucional, pretendem anular princípios de justiça social que foram duramente conquistados pela população durante o processo de democratização.

Frente a essa situação, propomos:

Respeitar os preceitos constitucionais sobre Seguridade Social e seus com-

ponentes - Previdência, Assistência e Saúde - enquanto direito social de cidadania; taxação do FINSOCIAL aos grandes proprietários rurais; centralização de arrecadação - recolhimento direto de todas as fontes de custeio da seguridade aí incluindo a **contribuição sobre o faturamento e o lucro.**

Implementação do Sistema Único de Saúde

Não à privatização do setor saúde; implantação efetiva do SUS, respeitando os princípios dos textos legais; aplicação da lei no que se refere às atribuições e financiamento das três esferas de governo; expansão do setor público estimulando seu pleno funcionamento e garantia de qualidade; normatização da relação público/privado, levando-se em conta cada realidade regional e local, reforçando o papel dos Poderes Públicos Estadual e Muni-

pal, mais capazes de respeitar estas realidades; transferência das responsabilidades gestoras e dos recursos correspondentes às esferas descentralizadas, conforme manda a lei, inclusive criando condições para a elaboração de parâmetros assistenciais; o setor privado contratado deve atuar como se público fosse e estar balizado pelo interesse público em qualquer situação; regulamentar os convênios com os hospitais privados sem fins lucrativos, preferenciais perante a lei, no sentido de serem resgatadas suas funções comunitárias e sociais; toda a rede contratada deve praticar a universalidade e equidade e obedecer aos critérios e hierarquização.

Modelo Assistencial

Os modelos assistenciais devem desenvolver práticas diferenciadas segundo a realidade local, com garantia de acesso universal, não configurando um sistema simplificado. Deve-se incorporar as práticas alternativas aos serviços de saúde, as tecnologias populares e as ações de promoção de saúde; a mudança do modelo assistencial exige a desospitalização da assistência médica e a desmedicalização; os modelos assistenciais devem garantir a

população acesso aos serviços e recursos de saúde, implantando e operando distritos sanitários, quando necessário.

Controle Social

No que diz respeito aos Conselhos de Saúde, tem-se observado o não cumprimento efetivo da Lei Orgânica de Saúde em diversas formas: indicação de representantes dos usuários pelo Poder Executivo; transformação do secretário de Saúde em presidente nato do Conselho; não implantação dos conselhos ou, quando o são, não têm caráter deliberativo; os recursos alocados nos fundos são depositados em contas correntes de denominação indicada pela prefeitura; não há divulgação das ações realizadas pelos Conselhos; desvinculação dos Conselhos das Conferência específicas; não respeito ao princípio da paridade. Em função destes e outros problemas, propomos:

Definir a constituição dos Conselhos, com a seguinte composição: 50% de usuários, 25% de profissionais e 25% de portadores; o Poder Público deve garantir condições mínimas para o funcionamento dos Conselhos, inclusive infraestrutura, assessoria técnica e informação; implantar e fortalecer os Conselhos Gestores em todas as unidades prestadoras de serviços dentro dos três setores da Seguridade Social, respeitando a paridade dos usuários em relação às outras representações.

O CREMERJ oferece os serviços de confecção de carimbos especiais, sem necessidade de tintamento, a preço de carimbo comum. PROCURAR RECEPÇÃO NO 10.º ANDAR

ADESIL LTDA. - INFORMÁTICA NA SAÚDE

Hospitais,
Clínicas e Consultórios

- Cadastro de pacientes
- Estatística de atendimento
- Controle de tratamento, medicação e internação
- Controle de convênios — emissão de carnês
- Folhas de pagamento, contabilidade
- Cálculo de comissões e emissão de cheques

CONSULTE-NOS PARA MAIORES INFORMAÇÕES
RUA URUGUAIANA, 10 - GR. 1.607 - TEL.: 252-2142

J.E. ASSESSORIA SERV. E NEGÓCIOS

Contabilidade e Legalização de Empresas e Profissionais Liberais.

— Para ambos podemos oferecer um serviço completo de excelente qualidade.

— Honorários competitivos com as melhores formas de pagamento que a área contábil pode oferecer.

— Todos os serviços são executados através de computadores com programas de última geração.

Ligue-nos e faremos uma visita sem ônus ou compromisso, será um prazer.

Rua Arquias Cordeiro, 316 GR 203
Méier - RJ - PABX (021) 581-7409/201-9533

Contabilidade
Informatizada



Projetos, Reformas e Construções, Projetos e Equipamentos contra incêndio. Profissionais Liberais. Condições de pagamento flexíveis. Descontos especiais para médicos.

Eng.º Roberto Mingozzi.
Esc.: 263-7241
Res.: 281-6538

Profissional de Comunicação especializada na Área de Saúde presta serviços a Médicos, Soc. Médicas, Clínicas, Hospitais e Laboratórios na produção de Jornais e material impresso, Marketing e Propaganda, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas.
Tel.: 553-4240 - Laura Bergallo

INFORME

Disque Gestante

Uma linha direta entre o médico, a paciente e as eventuais dúvidas sobre os riscos da gravidez. Assim funciona o **Disque Gestante: Serviço e Registro de Informação Teratogênica**, criado para auxiliar o profissional da área com informações sobre riscos da gravidez exposta a fatores ambientais. O objetivo é diminuir a frequência de defeitos congênitos. O trabalho do **Disque Gestante** é realizado por uma equipe de médicos especializados nos efeitos teratogênicos sobre o feto. Este serviço, que é feito inteiramente grátis, é uma iniciativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Ministério da Saúde e da CNPq, e já pode ser encontrado em alguns estados do País. As consultas podem ser feitas pelos telefones (021) 280-1549 - UFRJ; (051) 330-2016 - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE. Mais informações no Departamento de Genética - Instituto de Biologia da UFRJ - Caixa Postal 68.011 - CEP 21.944-970, Rio de Janeiro - RJ.

HSE

O Hospital dos Servidores do Estado irá realizar nos dias 19, 20, 21 e 22 de outubro a sua XXX Assembléia Científica. As inscrições para apresentação dos trabalhos estarão abertas até o dia 30 de setembro, na Secretaria do Centro de Estudos do H.S.E., com D. Virgínia ou D. Rita através do telefone 291-3131 ramal 512.

Novo endereço

A Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular Regional - RJ comunica o seu novo endereço: Rua Sorocaba, 464 sala 201 - Botafogo - RJ.

Congresso em Atlanta

Mais de 1400 expositores internacionais vão participar

da 13th NATIONAL HOME CARE EXPOSITION '92, uma das maiores feiras da área médica nos Estados Unidos, que este ano irá se realizar de 18 a 21 de novembro, no Georgia World Congress Center, em Atlanta. É esperado um público de aproximadamente 15 mil visitantes de todos os países, para um programa de mais de 280 apresentações ligadas ao tema "Novos horizontes em cuidados com a saúde".

A seção comercial do Consulado Geral Americano no Rio de Janeiro, em conjunto com a Blumar Viagens e Turismo, está organizando uma delegação brasileira para visitar o evento. Informações pelos telefones (021) 511-3636 ou (021) 511-3739 (fax).

Pró-CREMERJ

Alunos do Colégio São Vicente aderiram à campanha do CREMERJ e adotaram o adesivo "de luto pela ética", que hoje ilustra mochilas, camisetas, murais e cadernos dos estudantes. A aprovação é total e são constantes os pedidos de adesivos, que são entregues nas ruas do Cosme Velho pela garotada.

ABL recebe médicos

O Conselho Regional de Medicina e a PUC estão promovendo o evento "Responsabilidade Civil na Área Médica", que será realizado no dia 27 de outubro, de 9 às 22 horas, na Academia Brasileira de Letras. Os médicos que estão quites com o CREMERJ poderão inscrever-se, gratuitamente. Para os demais interessados as taxas de inscrição são as seguintes: até 30 de setembro, estudantes pagam Cr\$ 20 mil e médicos Cr\$ 40 mil; após esta data, os preços serão corrigidos pela TR. Informações na ABL - Avenida Presidente Wilson, 203, Centro, tel: 220-5391 / 220-5441 - ou na PUC - tel: 529-9922.



HGNI: verba gasta em limpeza.

Auditoria comprova fraude na Saúde de Nova Iguaçu

Uma verdadeira batalha vem sendo travada para salvar um dos mais importantes hospitais da Baixada Fluminense, o Hospital da Posse. Desde que foi decretada a interdição ética no Hospital Geral de Nova Iguaçu, em 29 de abril, o Conselho vem tentando evitar o fechamento definitivo da unidade e decretou estado de calamidade pública no Hospital da Posse, para que a direção, juntamente com a Secretaria de Saúde do Município, se comprometesse a resolver os problemas básicos da unidade, como manutenção de equipamentos e estoque de medicamentos.

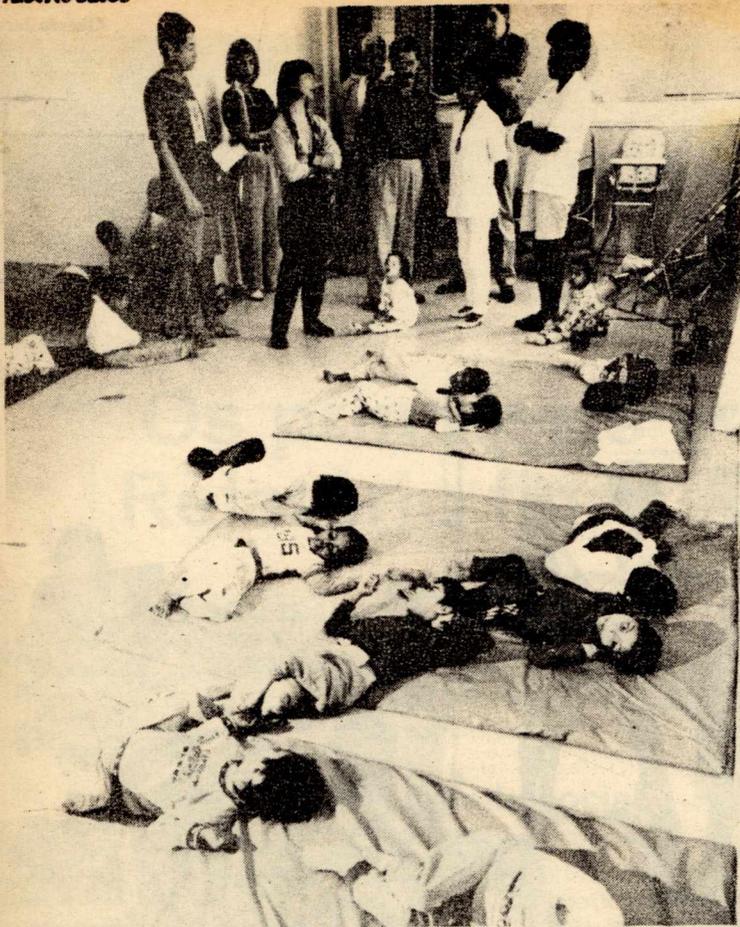
No entanto, o colapso do Hospital da Posse foi inevitável e o problema foi levado ao Ministro da Saúde, Adib Jatene, que solicitou ao CREMERJ um pedido de Auditoria Médico-Contábil, ocorrida nos dias 29 e 30 de julho de 1992, pela Coordenadoria de Cooperação Técnica e Controle do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro, no HGNI e nos PAM's Marechal Floriano, Dom Walmor e Ana Paula.

O corpo de médicos e contadores, designado pelo Dr. Nildo de Eimar Aguiar - coordenador de Cooperação Técnica e Controle do Inamps - constatou, durante a auditoria, os

problemas já conhecidos de médicos e pacientes que são atendidos no Hospital da Posse e nos Pam's. Foram percebidas algumas "melhorias" após a interdição, o que, mesmo assim, pouco mudou no quadro geral. A falta de limpeza, de privacidade em alguns setores como a emergência e a falta de leitos é uma constante no relatório dos auditores. A Farmácia e o Almoxarifado, apesar do estoque considerado razoável, ainda está aquém do consumo médio mensal. A necessidade de ampliação de setores como a emergência é eminente, segundo o relatório da auditoria. O que mais assustou aos auditores foram os levantamentos das contas da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. No boletim estatístico de maio de 1992 observa-se um total de 265 cirurgias, com taxa de mortalidade na Emergência de 25%. O atendimento ambulatorial (emergência + ambulatorio) gerou um total de 25.359 atendimentos, embora a fatura da unidade apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde refira 121.111 consultas simples e 9.332 consultas com medicamentos, perfazendo um total de 130.443 consultas, conforme é relacionado no relatório da auditoria.

Pela avaliação contábil da auditoria, o Inamps repassou recursos do montante de Cr\$ 14.578.087.813,38, após março de 91 com a municipalização do HGNI até 03.07.92 na seguinte forma: Convênio 67/91 - Cr\$ 40.893.000,00; Convênio 183/91 - Cr\$ 986.000.000,00; AIH - Cr\$ 1.472.228.021,52; UCA - Cr\$ 12.078.966.791,86. Foram repassados ainda, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, por força do convênio SUS 01/91, as seguintes importâncias: 08.03.91 - Cr\$ 25.000.000,00 - Processo 08/500288/91; 13.05.91 - Cr\$ 50.000.000,00 - Cólera. Cerca de 60% do orçamento destinado ao hospital e postos de saúde foram aplicados na CODENI - empresa de economia mista, cujo maior acionista é a Prefeitura de Nova Iguaçu.

O CREMERJ enviou, através de sua assessoria jurídica, pedido de abertura de inquérito através do Ministério Público, para que sejam apuradas as fraudes e comprovadas as denúncias de aplicação das verbas no mercado financeiro, pela Prefeitura de Nova Iguaçu.



Falta até comida no Deolindo Couto

(MDS), a realidade se mostrava contrária a qualquer declaração da diretora. As poucas voluntárias que atendiam a um grupo de meninas deficientes não relutaram em dizer que o café da manhã de todos se limitou a um copo de leite achocolatado e dois biscoitos. Não existem enfermeiras trabalhando no local e a maioria dos profissionais - computadores pela administração como sendo 21, entre médicos, psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais - não se encontrava no Deolindo Couto, sob a alegação de que teriam recebido folga.

A cozinha assustou o presidente do CREMERJ, Laerte Vaz de Melo, pela falta de estoque razoável, como também por não haver alimentação diferenciada e balanceada para cada tipo de doente. O prato do dia, arroz, peixe desfiado, batatas cozidas e feijão, foi servido em pequenas quantidades, não respeitando ainda as limitações de alguns doentes que, por serem portadores de paralisia cerebral, não têm poder de mastigação. A alternativa

encontrada pelas cozinheiras foi passar todo o alimento pelo liquidificador. A falta de uma nutricionista de plantão é explicada pela direção da entidade como "uma falta grave, ainda não reparada mas que é remediada com uma profissional que vai ao Deolindo Couto uma vez por semana", alegou a diretora. Sem um acompanhamento profissional, as cozinheiras trabalham com o que podem, que, como foi visto, não é muito.

Os medicamentos fora da embalagem original também deixaram indignados os integrantes do MDS. Numa solução desinfetante foi encontrado um mosquito e, no mesmo material, agulhas descartáveis, indicando que o produto era reaproveitado. Laerte Vaz de Melo considerou o Centro Educacional Deolindo Couto mais um depósito de doentes mentais, que infringe todos os itens do Estatuto da Criança e do Adolescente. Todos os Conselhos da área de Saúde presentes atuaram a casa em suas

irregularidades. O Centro Educacional Deolindo Couto recebe por mês cerca de Cr\$ 400 mil por criança mantida pela LBA e Cr\$ 980 mil por crianças mantidas pela Feem e Iaserj. De acordo com o administrador Luiz Geraldo Braga, só para manter os custos das 68 crianças assistidas pela LBA seriam necessários Cr\$ 1.200 mil per capita. Ele acrescentou que a receita de aproximadamente Cr\$ 130 milhões de que dispõe é insuficiente, já que os gastos com a casa ultrapassam Cr\$ 186 milhões. Luiz Geraldo afirmou que a diferença é coberta com doações, o que não significa segurança para o orçamento, já que estas são irregulares. Além da casa na Tijuca, a direção possui ainda uma unidade no Km 114 da Rio-Magé, onde estão instalados 200 doentes mentais acima de 18 anos, muito utilizados para trabalhos na lavoura. O CREMERJ enviou denúncias para o Ministério Público e mais onze instituições públicas, pedindo a intervenção da unidade.

Mais um caso de abandono de doentes mentais foi constatado durante a visita que o Conselho Regional de Medicina e os demais Conselhos da área de Saúde fizeram, no dia 28 de agosto, ao Centro Educacional Deolindo Couto, na Usina, Zona Norte do Rio. O local, mantido através de convênios com a LBA, Feem, Ministérios da Aeronáutica, Exército e Marinha e Iaserj, entre outros, abriga cerca de 200 crianças, com idades de 0 a 18 anos, algumas dependendo de

atenção integral. No entanto, a falta de profissionais, de medicamentos e até de alimentos não foi desmentida pelo administrador do Centro Educacional Deolindo Couto, Luiz Geraldo Braga.

O ambiente aparentemente tranquilo da entidade esconde a falta de estrutura, contestada pela diretora Nilza de Lima Rizzo, que afirmou dedicar-se durante 20 anos ao atendimento de menores carentes, com problemas mentais. A cada ala visitada pelo Movimento em Defesa da Saúde

Alberto Jacob

População de Niterói
luta contra a privatização.

HUAP é mais um hospital em colapso

com a chegada do verão.

O Diretor Pietro Acetta chegou a fazer uma proposta ao corpo clínico, sugerindo a paralisação da emergência, da maternidade e da neonatologia, setores que mais consomem, em termos de verbas. A pressão comunitária mais uma vez funcionou, impedindo que isto acontecesse. A união de entidades representativas da sociedade civil originou o Movimento Pró-Huap que, com passeatas e atos públicos, pretende manter o hospital aberto e lutar para que ele retome o ritmo normal.

Para o Diretor da Delegacia

do CREMERJ em Niterói, Aloísio Brazil, o mais importante agora é garantir um tratamento diferenciado ao Huap. "Mas tudo depende da atuação da Secretaria Estadual de Saúde e também da própria UFF. Devem ser criadas prioridades para que possa haver um bom gerenciamento do hospital", avalia ele.

Quanto à criação de uma fundação privada, gerenciando as contas e o andamento do hospital, Aloísio Brazil acredita que é preciso fazer uma avaliação sobre a necessidade de se implantar um sistema como este no Huap. "O CREMERJ é contra esta

alternativa, já que seria o mesmo que privatizar o Antônio Pedro", declarou.

O CREMERJ está providenciando uma solicitação de auditoria no Hospital Universitário Antônio Pedro, através de sua assessoria jurídica. Serão apuradas as aplicações das verbas e as causas que originaram a total falta de estrutura por que passa a unidade. "Não estamos com isso, querendo acusar pessoas, dar nomes aos problemas. Desejamos, sim, informações detalhadas sobre a situação do Huap e as causas reais do desmoronamento deste hospital".

Mais um exemplo da falta de decisão política na área de saúde, o Hospital Universitário Antônio Pedro, em Niterói, engrossa a lista de unidades de saúde em colapso em todo o Estado do Rio. Atuando como hospital de referência não só dentro de seu município, assim como em áreas periféricas, o

HUAP é hoje o símbolo de uma campanha que médicos e comunidades deflagraram, a fim de impedir o fechamento definitivo do hospital. Ainda que funcionando precariamente - o hospital sobrevive de seus próprios serviços - a desativação significaria o caos, principalmente

ÉTICA

Fotos: Alberto Jacob



CREMERJ veste-se de luto pela Ética no país

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro se vestiu de luto. Como toda a população, diante das denúncias de corrupção no Governo Federal, o CREMERJ se manifestou quando o Presidente Fernando Collor convocou os brasileiros a irem para a rua de verde e amarelo. Uma faixa preta de 50 metros foi colocada na

fachada do prédio onde funciona o Conselho (Praça Mahatma Gandhi, 2) com os dizeres: "CREMERJ de Luto Pela Ética". A faixa vai permanecer no local até que seja solucionado o caminho da CPI que apura corrupção e tráfico de influências do empresário Paulo César Farias e sua ligação com o Presidente da República.

O CREMERJ é a favor do "impeachment" do Presidente Fernando Collor e do procedimento legal subsequente, a posse do Vice-Presidente Itamar Franco. No entanto, para o Conselho, não basta apenas mudar o Presidente da República, mas rediscutir toda a política social que está sendo posta em prática pelo Governo Federal, princi-

palmente no que se refere à saúde. "O Governo precisa atender às necessidades básicas da população. Estes princípios foram traçados durante a IX Conferência Nacional da Saúde", ressaltou o primeiro-secretário do CREMERJ, Franklin Rubinstein.

A intenção de se pronunciar diante do momento atual da política brasileira começou a ser discutida em julho, quando diversas entidades, organizações sindicais e intelectuais se reuniram no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, na "Vigília pela ética e Democracia". O CREMERJ faz parte do "Movimento pela Ética na Política", junto com a ABI e a OAB, duas entidades que entregaram ao presidente da

Câmara, Ibsen Pinheiro, o pedido de "impeachment" do Presidente Fernando Collor.

Esta não é a primeira vez que o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro se pronuncia diante de um momento delicado da política. Durante a gestão do governo Saturnino Braga na Prefeitura da Cidade do Rio, quando a cidade estava falida, o CREMERJ se manifestou para que as condições dos hospitais e postos de atendimento fossem melhoradas. A faixa, também colocada na fachada do prédio, tinha os dizeres: "Saúde em Luta".

O CREMERJ se coloca ao lado do povo a favor do impeachment.

NOVOS MÉDICOS

Em mais uma cerimônia de entrega dos registros e diplomas a novos médicos, foi possível constatar a atuação do Conselho Regional de Medicina em seu objetivo de estreitar relações entre os profissionais recém-formados e o órgão. Veja, abaixo, a listagem dos novos médicos de setembro:

Justina Maria Souza Costa; Valéria Marra Richiden; Ricardo dos Santos Vasconcelos; Anna Paula Baptista de Castro Nunes; Thereza Cristina Pereira

Gil; Valéria Gomes Chaves; Luiz Cláudio Rosa da Rosa; Adriana Cristina Turolla; Volmar Ferreira Rocha; Lara Patrícia Monteiro da Fonseca; Giselle Antonie Saadé; Cláudia Regina Pereira Mattos; Celi de Souza Balthazar; Tober Figueroa; Helder Hisao Kanasiro; Sônia Cristina Martins Reis Costa; Bettina Wolff; Carla Binenbojm; Juliana Guimarães Martins Soares; Isabel Cristina de Oliveira Jacomassi; Ivan Augusto Fins Vaz de Mello; Sílvia Araújo de Assis Mascarenhas Rezende; Carlos

Eduardo Antonelli Franklin; Isabela de Carvalho Gonçalves; Gilberto Silva; Elizabeth Fuzimoto; Norma Cristina Calvo Caballero; Jenice Coelho Rodrigues; Marcos Moreno Domingues; Gláucia Cristina Pereira dos Santos Barros; Andrea Miceli de Alcântara Costa; Ana Paula Pierre de Moraes; Sérgio Gurgel Fernandes; Sérgio Alves dos Santos; Rute Cibella; Luís Cláudio Mascarenhas de Castro; Isabela Maria Pinto de Oliveira; Cléria Silva Mota;

Eduardo Emílio Samaniego Boveda; Antônio Rodolfo Suarez Ameller; Cliton Antônio de Souza; Ana Cláudia Geraldino de Carvalho; Francisco Aritônio Soares; Marcelo Antônio da Cunha; Gleicer Delfino Nobre; Dalton Sampaio Teles; Cristiana Solza; Fábio dos Santos Salemo de Moura; Ana Luzia Brito de Almeida; Marcelo Soares de Vita; Márcia Luzia Lopes Euphemio; Eddy Raul Roman Escobar; Lídia Regina Avelaira

Thorz; Angela Belisy Costa; Acir Rodrigues do Prado; João Rodrigues David Neto; Carlos André Lobato Teixeira; José Antônio Vargas Vallejos; Simone Brum de Oliveira; Fátima de Almeida Esteves; Vera Maria da Silva Felizardo; Maria do Carmo Traba Cerban; Yadir Vianna e Silva Neto; Vânia Maria de Britto Rodrigues Porto; Valéria Lacé Aranha; Everton Gregório Gambin de Andrade; Vianka Eduardo Valle.

SERVIÇO

Sales Neto volta com atendimento às crianças

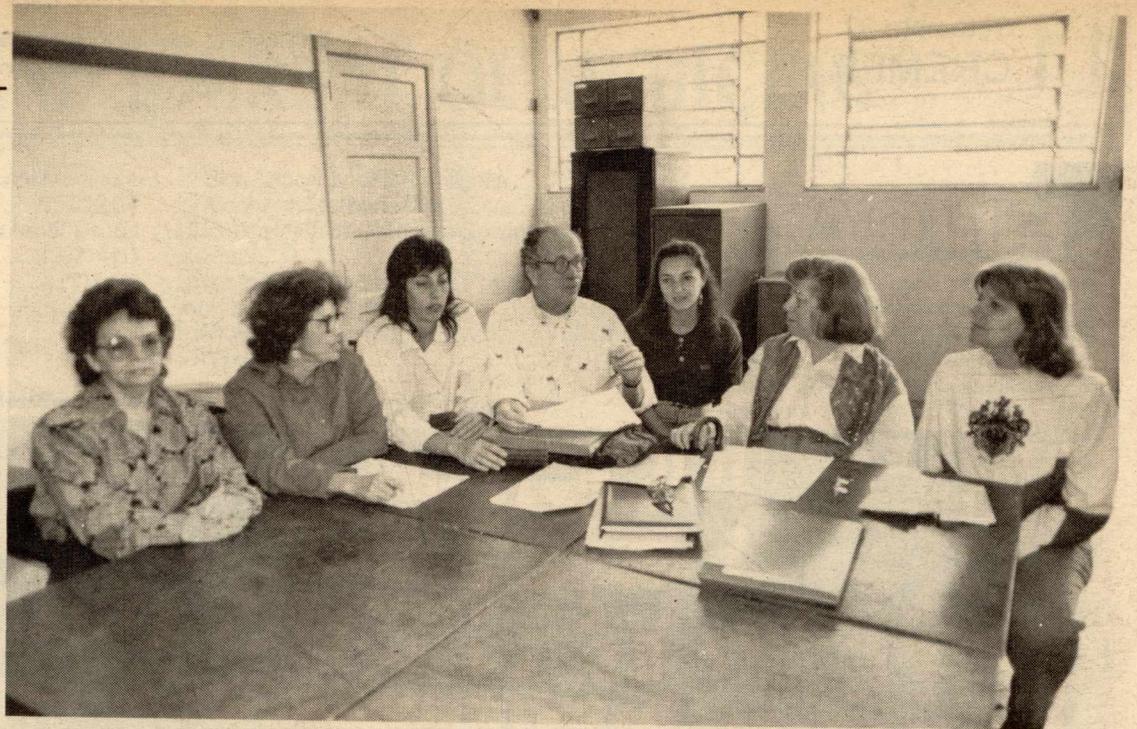
Fechado desde março de 1991, o Hospital Municipal Sales Neto, no Rio Comprido, deverá voltar a funcionar a partir do dia 30 de setembro. Após sofrer reformas estruturais e modificar o seu perfil de atendimento, o Sales Neto teve sua emergência desativada, acusada de ser a grande vilã no processo de deterioração. O hospital, contudo, vai preservar os atendimentos de rotina às crianças de zero a 12 anos, além de servir de retaguarda ao Hospital Souza Aguiar nas internações infantis.

Esta mudança foi possível graças ao esforço de todos os funcionários. Desde que o hospital fechou, os profissionais da área de Saúde continuaram a trabalhar de forma integrada, buscando soluções para que os erros do passado não voltassem a ser cometidos. Médicos, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas e enfermeiros elaboraram uma pesquisa para traçar o perfil das crianças atendidas e uma entrevista com as chefias para saber quais seriam as novas sugestões para uma real melhora. A partir daí, foram feitas reuniões semanais, nas quais eram traçadas metas

a serem atingidas para reabrir o hospital de forma a prestar um atendimento digno à população.

A comunidade, a princípio, ficou assustada com a idéia do fechamento do hospital, principalmente o setor de emergência. Para manter um vínculo com estas pessoas, o grupo de profissionais da área de Saúde se dividiu em dois. Um visitava creches comunitárias, prestava atendimento às crianças e fazia também um trabalho de conscientização da importância de se ter cuidado com a saúde. O outro se articulava com a Secretaria Municipal de Saúde e com os hospitais gerais, levando a nova proposta de funcionamento do Sales Neto a que se tinha chegado.

O que vai mudar? O Hospital Municipal Sales Neto vai ser de clínica pediátrica onde multiprofissionais vão atuar em ambulatórios e enfermarias. Os cuidados primários - puericultura - serão prestados apenas a moradores da III Região Administrativa, e os secundários - alergia, dermatologia, diabetes, otorrino, nutrição e pneumologia - aos residentes



da AP1 (Rio Comprido, Catumbi, Cidade Nova, Estácio, Praça da Bandeira, Centro, Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Caju, São Cristóvão, Mangueira, Manguinhos, Benfica, Glória, Santa Teresa e Paquetá), além de oferecer um programa de nutrição parenteral e serviços de odontologia.

A equipe tem também como meta articular todos os

hospitais gerais, que funcionam na área da AP1. O Hospital Souza Aguiar serviria de referência para emergência e o Sales Neto de retaguarda na pediatria. "Os hospitais que funcionam como emergência ficam abarrotados de pacientes. Depois que passa esta fase, não tem onde colocá-los. Agora, eles podem ligar para o Sales Neto que nós daremos

continuidade ao tratamento", garantiu o médico Dilson Bonfim. O Hospital Sales Neto, com 38 leitos, vai funcionar 24 horas por dia, recebendo os pacientes encaminhados dos grandes hospitais. Segundo Dr. Bonfim, a direção do hospital apóia a iniciativa da equipe médica e está totalmente integrada com este novo trabalho.

Jornal do CREMERJ

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Pça. Mahatma Gandhi, 2 - Grupo 1.001 - Centro - CEP 20018 - 900 - RJ - Tel.: 210-3216

PORTE PAGO
DR/RJ
PRT/RJ - 2257/90



IMPRESSO